

Conferência - Indústria Extractiva em Moçambique: Desafios, Sucessos e Perspectivas – Maputo, 03 e 04 de Agosto de 2021

Um vazio de governança? Desinvestimentos da Vale em Moçambique e atuações conflituosas da corporação em perspectiva internacional

Isabella Alves Lamas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - Unilab

isaalamas@unilab.edu.br

Introdução

No dia 5 de novembro de 2015, o rompimento de uma barragem de rejeito da mineração no estado de Minas Gerais (Brasil) gerou a sequência de eventos que ficaram conhecidas como o desastre de Mariana. A onda de lama ocasionada pelo rompimento da barragem de Fundão matou 19 pessoas, destruiu completamente os distritos de Bento Rodrigues, Camargos e Paracatu de Baixo, além de ter percorrido 930 quilômetros e todo o percurso do Rio Doce até à foz em Regência no Estado do Espírito Santo. A mineradora responsável pela operação da barragem era a Samarco, uma *joint venture* controlada pela Vale (51%) e pela maior mineradora do mundo, a anglo-australiana BHP Billiton (49%). Foi o maior desastre socioambiental da história do Brasil e o maior envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo (Milanez e Iosekann, 2016). Em uma das tentativas de desvincular o nome da Vale do da Samarco, o então Chefe Executivo de Ofício (CEO) da Vale, Murilo Ferreira, falou que o desastre teria gerado uma situação nova, fruto de um buraco de governança (Gonçalves, 2015). Ao apontar para um buraco de governança, ele indiretamente indica a existência de um vazio também na responsabilização perante os danos causados. Com o recente anúncio dos desinvestimentos da Vale em Moçambique e o histórico da mineradora com violações de direitos humanos e destruição ambiental no país, reforça-se a necessidade de refletir sobre esses espaços de governança ocupados pela corporação, bem como quais serão as consequências da sua planejada ausência nestes territórios.

A multiplicidade de agências e técnicas através das quais o poder político é hoje exercido aponta para a importância analítica de outros atores além dos órgãos formais dos estados hospedeiros/sede, com especial destaque aqui para

as corporações multinacionais (CMNs). A dimensão de atuação internacional deste tipo de ator econômico é associada a um vazio de governança e práticas de prestação de contas difusas à sociedade devido a ausências importantes na regulação corporativa nos âmbitos internacional e local. As regulações internacionais que dizem respeito à CMNs são de cunho majoritariamente voluntário. Isso faz com que, na prática, apesar do papel central que desempenham na economia global, as corporações operem de acordo com as leis dos estados hospedeiros de suas atividades (Kamminga, 2014) e haja uma ausência de definição clara de suas responsabilidades. E, com a sede de atração de investimentos por parte dos estados hospedeiros em tempos de hegemonia neoliberal, estes tendem a flexibilizar o aparato regulatório a que estas corporações estão sujeitas (Stiglitz, 2007).

Dessa forma, em países de diversos níveis de desenvolvimento inseridos em contextos neoliberais, as corporações caminham para assumir papéis que tradicionalmente são considerados atribuições dos estados: o investimento em bens comuns, o gerenciamento de conflitos, a oferta de serviços públicos e o planejamento das infra-estruturas da área de operação e seus arredores. Isso traz como consequência o fato de que as corporações têm se colocado perguntas que eram antes de exclusividade do estado sobre quais são os domínios e as técnicas de governo mais apropriadas para assegurar a sua legitimidade. Assim, as CMNs estão participando ativamente no desenho da racionalidade dos mecanismos de governo, bem como na implementação e gerenciamento destes. E, claro, há uma relação constante com os constrangimentos que a realidade do terreno exerce sobre a sua própria composição.

Essas dinâmicas são particularmente visíveis em megaprojetos de mineração liderados por CMNs que estão associados à problemas de amplo espectro, indo desde o impacto ambiental devastador e a destruição de ecossistemas inteiros, até à corrupção, má gestão política e supressão do modo de vida das populações locais. Embora a maioria dos contextos da mineração de larga-escala sejam lugares de contestação social, os conflitos nesses cenários muitas vezes não têm muita visibilidade. Nesse sentido, as multinacionais da mineração podem ser vistas como motor de múltiplas formas de espoliações e violências na vida das populações atingidas em contextos de

paz formal. Este amplo espectro de violências é composto, entre outros, pelo descumprimento e desrespeito das leis e compromissos trabalhistas com consequências desastrosas para a vida das pessoas; a degradação do meio ambiente que é, muitas vezes, intimamente atrelado às condições básicas de subsistência de populações; o deslocamento populacional forçado e a implementação de modelos de reassentamento deficitários que não respeitam as peculiaridades de diferentes realidades sociais; a repressão, muitas vezes assegurada por forças policiais, a qualquer tipo de contestação, organizada, ou não, por movimentos sociais, a uma situação pró mineração; ou pela naturalização das dinâmicas opressivas decorrentes da atividade de extração de minérios através de propagandas enganosas, promessas não cumpridas e até mesmo da responsabilidade social corporativa (RSC). As profundas modificações que a atividade mineral traz para a vida de populações fazem parte de um fenômeno de impacto social que estabelece rupturas, mas é repleto de cotidianidade.

Apesar deste amplo espectro de impactos negativos associados aos megaprojetos, uma pergunta de investigação central na bibliografia sobre desenvolvimento, indústria extrativa e sociedade é afinal, a exploração de recursos naturais por CMNs tem o potencial de trazer prosperidade e mudanças efetivas no cotidiano das populações dos estados hospedeiros? A discussão entre acadêmicos, organizações não governamentais, movimentos sociais, governos, organizações internacionais, indústria extrativa, sociedade civil e indivíduos sobre o teor desta mudança é extensa e muito pouco consensual. Na academia, há uma variedade de interpretações sobre a relação entre a existência de exploração de recursos naturais e os seus efeitos na vida de populações. Em um extremo, há aqueles que demonstram que há uma maldição dos recursos naturais, uma vez que a presença de grandes reservas estaria associada com corrupção, pilhagem, guerra civil, entre outros (Auty, 1993; Collier e Hoeffler, 2004; Ross, 1999; Soysa, 2000). No outro, há estudos e *policy papers*, com destaque para os produzidos pelo Banco Mundial, que ressaltam o potencial que uma boa administração/governança dos recursos naturais tem para gerar crescimento econômico e desenvolvimento social (Pegg, 2006; Sachs e Warner, 1999; Weber-Fahr, 2002). Contudo, ao contrário de buscar um posicionamento entre estes extremos, é na ausência das temáticas por eles abordadas de uma

visão abrangente da conflitualidade e injustiça socioambiental e do acesso desigual ao controle e uso dos recursos naturais que se situa o lugar desta contribuição.

A partir da concessão de exploração, CMNs da área de extração de recursos naturais passam a ter funções de governança no ordenamento político de territórios onde se estabelecem. E isto, apesar de ser negociado com os diferentes estados hospedeiros, é uma dinâmica violenta não só na forma como é imposta, como também é violenta no dia-a-dia, na aplicação cotidiana em populações que têm que viver ou interagir com estes complexos minerários.

Como forma de análise desse fenômeno, essa contribuição é fruto de um trabalho empírico extenso feito a partir do caso da atuação internacional da CMN mineradora brasileira Vale S.A. em distintos estados hospedeiros/sede em contextos de paz formal: Brasil, Canadá e Moçambique. A Vale, atualmente privada e de capital aberto, está envolvida em dinâmicas não só de governança, mas também de conflitualidade. Em contraposição às narrativas de sucesso da corporação, há um reconhecimento internacional cada vez maior da Vale enquanto uma 'multinacional dos conflitos' que teve como ponto alto a atribuição do prêmio de pior companhia do mundo pelo Public Eye Award de 2012, um contra-evento ao Fórum Econômico Mundial em Davos. A Vale atua nos cinco continentes do mundo e tem como sede o Brasil, um país de economia emergente, o que caracteriza uma maneira de projeção corporativa e de Investimento Estrangeiro Direto (IED) ainda relativamente recente no sistema internacional (Goldstein, 2007). A perpetuação de múltiplas violências associadas às suas atividades ao redor do mundo foi acentuada principalmente após a ocorrência de dois processos marcantes: a privatização da empresa em 1997 e a estratégia de internacionalização adotada pela Vale principalmente a partir do início dos anos 2000 (Costa, 2009; Pillonel e Sutorius, 2005). Como parte fundamental deste último processo está a entrada da CMN no continente africano, bem como a aquisição da *International Nickel Company of Canada* (Inco) em 2006, uma empresa canadense que era então a segunda maior produtora de níquel no mundo. Esta aquisição tornou a Vale, na altura, a segunda maior mineradora do mundo, atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton (Fleury e Fleury, 2011: 242).

Analisar a atuação da Vale em contextos diversos permite detectar as nuances, mas acima de tudo as semelhanças, na forma transnacional de atuação de uma mesma CMN. Entender as dinâmicas de atuação da Vale no Brasil é essencial para compreender a inserção interna da sua própria constituição enquanto corporação de um país emergente, mas também oferece uma base de contraponto com as suas formas de atuação a partir da inserção internacional. Moçambique representa um país em desenvolvimento, contexto de suposta fragilidade institucional onde há menos constrangimentos regulatórios para a Vale. E, por fim, o Canadá, estabelece o contraponto de um país desenvolvido com extensa experiência na mineração e maior preparação institucional para receber o investimento da Vale.

No Brasil, a Vale atua em 13 estados e há inúmeros casos de conflitos socioambientais relacionados com a corporação ao longo de todo o país (Bossi et al., 2009). Em Carajás, no Pará, há uma já longa tradição de exploração de ferro e subjugação das populações da região pela Vale principalmente ao longo do percurso da Estrada de Ferro de Carajás (EFC). Atualmente, o mais recente projeto da Vale de exploração mineral na região, o Ferro Carajás S11D, tem gerado inúmeros problemas sociais que vão desde despejos, contaminação das águas, reassentamentos mal sucedidos, entre outros (Faustino e Furtado, 2013). Já Moçambique, foi a porta de entrada da corporação para o continente africano e onde a Vale, através do Projeto Moatize de extração de carvão mineral, foi protagonista de um dos escândalos sociais recentes da mineração mundial através da realização de reassentamentos extremamente mal-sucedidos das populações que viviam nas áreas operacionais (Human Rights Watch, 2013).

Muito para além de territórios concebidos enquanto inseridos em 'estados limitados', os conflitos socioambientais da mineração também ocorrem nos chamados países desenvolvidos (e agora são até mesmo gerados por multinacionais de países emergentes). Esses países apresentam configurações regulatórias e institucionais bem desenvolvidas e possuem vários mecanismos legais para assegurar uma exploração mineral menos invasiva e sócio-ambientalmente mais harmoniosa. No entanto, as operações de mineração de larga-escala também apresentam inúmeros desafios nesses contextos que normalmente abrigam abusos menos relatados e mais sutis. Sudbury, no Canadá, onde a Vale passou a atuar após a aquisição da Inco, apresenta uma

tradição muito bem consolidada em relação às atividades de mineração que são ali realizadas desde 1885. Não obstante, a aquisição da Inco pela Vale e a baixa no preço do níquel a nível mundial tem ocasionado uma diminuição significativa das operações que têm sido sucessivamente colocadas em estado de reparo e manutenção. Em 2011, os trabalhadores sindicalizados da Vale canadense realizaram uma greve de 11 meses na unidade de Sudbury contra as pressões da empresa para rebaixar direitos de pensão e bônus conquistados ao longo dos anos.

A partir do caso da atuação internacional da Vale, podemos argumentar que a governança cotidiana da população atingida pela CMN tem duas facetas principais que incluem o 'papel de governo', no qual a corporação assume a função de provedora de serviços que classicamente seriam atribuições da esfera pública de governo, e o exercício alargado do ordenamento político a partir de mecanismos e tecnologias de governo diversos. Estas são formas de controle social da população e legitimação da autoridade da CMN frente a uma crescente pressão pública para a tradução dos benefícios econômicos da exploração de recursos naturais em bem-estar para as populações. Mas, ao contrário da prosperidade decorrente da abundância mineral, salvo raras exceções, uma análise conjunta dos três estados hospedeiros/sede revelam cenários de conflitualidade que emergem como crítica e contraconduta das populações atingidas a estas dinâmicas de violência.

A corporação como agente de governo nos territórios

Através das concessões de exploração, a Vale passa a ser um agente central responsável pela administração de territórios no Brasil, Canadá e Moçambique. A própria CMN reconhece formalmente esse papel:

A Vale é responsável pela gestão de diversos territórios, incluindo áreas de alto valor cultural e de grande relevância para a biodiversidade. A empresa reconhece a importância da gestão integrada dessas áreas para a manutenção da sua licença para operar e para o acesso a novos territórios, visando ao desenvolvimento de projetos e à construção de um legado positivo. Isso implica considerar os aspectos sociais, econômicos e ambientais específicos de cada região em nossas políticas e procedimentos. (Vale S.A., 2014a: 19)

Mark Duffield argumenta que, diferentemente do que é incorporado na análise da geopolítica, os territórios vêm com população, seus meios de

subsistência e processos de vida que, desde o século XIX, têm sido alvo por parte dos estados de esquemas de produção de conhecimento e melhoramento (Duffield, 2007: 5). Através deste entendimento amplo de território, com a difusão do poder a nível global, CMNs como a Vale passam também a ser atores centrais na administração de populações e de seus processos de vida. A preocupação da Vale com a garantia da licença de operação reflete como a atuação da CMN não está só constrangida pela necessidade de gerar estabilidade para a execução da sua atividade produtiva, mas está inexoravelmente envolvida em emaranhados complexos de questões socioambientais.

A governança cotidiana da Vale nada mais é que o exercício da ordem política no cotidiano dos contextos operacionais, sendo política qualquer coisa que afete o interesse público ou o bem comum (Guzzini, 2012: 3). O foco aqui é na Vale enquanto agente da ordem nos territórios, mas é importante situar que na complexa rede da governança global, as CMNs: a) são tanto objetos quando sujeitos; b) são apenas um dos inúmeros atores; c) se adequam ao mesmo tempo que contribuem para a coprodução de esquemas emergentes de governança ambiental e social; e, por fim, d) têm suas ações também coproduzidas por grupos de pressão de atuação cada vez mais intensa.

A maneira mais usual de definir governança é algo parecido, mas distinto de governo, ou seja, a substituição do estado por atores funcionalmente equivalentes (Guzzini, 2012). Esta definição reflete a dimensão da agência e está relacionada com a fonte da ordem, ou seja, quem são os ordenadores. Ela evidencia a faceta mais visível da governança cotidiana exercida pela CMN: o ‘papel de governo’, isto é, a prestação de serviços e funções que tradicionalmente seriam atribuições da esfera pública de governo, mas que agora são providos pela corporação (Graz e Nölke, 2012: 119). Na inauguração de um centro de pesquisa na Universidade de Columbia (EUA) financiado pela Vale, Roger Agnelli explicita sua percepção sobre uma ligação inexorável entre a CMN e ações de governo.

Agnelli disse ontem que precisa da “ajuda de gente inteligente” como os acadêmicos da universidade americana, **porque a Vale acaba tendo de fazer o papel do governo no apoio ao desenvolvimento das comunidades das regiões pobres.** Ele citou o caso de Carajás (PA), onde o próximo programa de investimentos da companhia atrairá o deslocamento de pelo menos mais 800 mil pessoas à região. “Para continuar crescendo como empresa, sabemos que as regiões que

exploramos precisam ter casas, asfalto, saneamento e educação”, disse Agnelli a uma platéia de acadêmicos e empresários dos EUA, Europa, Brasil, Rússia, Índia e China. (Olmos, 2008) Negrito da autora.

A posição de Roger Agnelli como CEO e maior representante público da corporação, reflete a visão da Vale sobre sua função de agente de desenvolvimento nas regiões de pobreza onde opera. Para isso, a CMN assume um ‘papel de governo’ através da construção de infra-estruturas sociais básicas como casas e escolas. O envolvimento da corporação em atividades que configuram ‘papel de governo’ pode existir como consequência de padrões internacionais, regulamentação nacional, acordos com o governo, política corporativa e/ou como forma de resposta corporativa às demandas das comunidades.

O crescente envolvimento de atores privados na provisão de bens comuns e serviços sociais é uma das formas de expressão do fenômeno da governança sem governo e/ou estado. Neste sentido, os atores estariam exercendo serviços e funções que classicamente seriam atribuições da esfera pública de governo (Graz e Nölke, 2012: 119). Para muitos, a emergência deste fenômeno está associada às áreas de estado limitado (Börzel e Risse, 2010; Ferguson, 2005; Hönke e Thauer, 2014; Krasner e Risse, 2014; Risse, 2011). Ou seja, é a limitação da capacidade estatal em assegurar o monopólio sobre os meios de violência, bem como em elaborar e implementar políticas, que explicaria a abertura de espaço para que estes atores assumissem a função de provisão de serviços para a população (Börzel e Risse, 2010). Alguns estudos focam especificamente em como corporações mineradoras, principalmente na África e na América Latina, assumem estas funções de provedoras de bens coletivos e bem-estar social através de ações de RSC e investimento comunitário (Börzel e Hönke, 2011; Szablowski, 2007; Welker, 2014; Zalik, 2004). O envolvimento com estas tarefas funcionaria como forma de legitimação social frente à crescente pressão pública e social para a tradução dos benefícios econômicos da exploração em bem-estar social para as populações.

De fato, há uma grande associação entre a presença cotidiana da Vale na governança das populações atingidas e a ausência estatal em determinadas regiões: “é muito interessante que você falou assim da interferência da empresa na governança: a gente às vezes está em regiões que ninguém chega! O estado

não chega. Pega um trem lá de Parauapebas e vai até São Luis. É uma miséria, uma exclusão, um abandono por parte do estado” (CMn-Br-3). Apesar de a dimensão da ausência estatal ter uma importância irrefutável na análise, ela não explica as formas de governança cotidiana da Vale que existem no Canadá e nem integralmente as que estão presentes em Moçambique e no Brasil. Ou seja, a Vale exerce uma atuação intensa no âmbito da governança cotidiana para além de regiões de baixo desenvolvimento e países de soberania limitada.

Assim, propomos uma leitura mais abrangente e fundamentada do papel das CMNs no governo de diferentes populações. O caso do Canadá leva a reflexões sobre o espaço que a CMN ocupa nos sistemas de governança além das regiões de soberania limitada e dos estados em desenvolvimento. A análise das atividades da Vale do Canadá rompe com a divisão presente na bibliografia entre a atuação das CMNs em estados desenvolvidos, com plenas capacidades institucionais, e estados em desenvolvimento e áreas de soberania limitada que aumentariam o seu papel de provedora social e agente de governo. Indo além, são expostas as mudanças ocasionadas pela atuação cada vez mais presente de CMNs provenientes de países emergentes (Sauvant, 2015). As dinâmicas em voga no mundo de hoje perpassam estas antigas barreiras e divisões através da atuação de CMNs de países emergentes, como é o caso da Vale, exercendo governança em contextos de países desenvolvidos como é caso do Canadá.

No Brasil, através de seu braço social, a Fundação Vale, a Vale historicamente assumiu ações de governo. Contemporaneamente, o caso de Canaã dos Carajás também mostra a CMN enquanto agente de governo para o controle social das populações a partir do processo citado por Roger Agnelli da atração de pessoas devido à instalação do S11D. Em Moçambique, os processos de reassentamento representam um caso acentuado de ‘papel de governo’ da CMN nos quais os modos e meios de vida das populações foram radicalmente alterados em razão do empreendimento. Apesar de nitidamente ter maior intensidade nos casos de Moçambique e do Brasil, a Vale também exerce ‘papel de governo’ no caso do Canadá através de uma continuidade do passado de amplo envolvimento da Inco na construção das comunidades de Sudbury. Devido a proposta central dessa Conferência centrar-se na reflexão sobre a indústria extrativa em Moçambique, na sequência discutiremos o caso da

provisão de serviços pela Vale nos reassentamentos involuntários de Cateme e 25 de setembro.

Reassentamentos de Cateme e 25 de setembro em Tete: a provisão de serviços públicos

No caso dos reassentamentos involuntários de populações induzidos por projetos econômicos, há responsabilidades e expectativas de que o empreendedor restaure e melhore toda a infra-estrutura de serviços públicos anteriormente acessíveis às populações. Estas responsabilidades são fruto principalmente de padrões internacionais para reassentamentos involuntários, sendo o mais influente deles o Padrão de Desempenho 5 (PS.5) - Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário do IFC, apesar de haver outros documentos importantes do próprio Banco Mundial e da ONU. O PS.5 foi desenvolvido como necessidade de conformidade para projetos financiados pelo IFC, mas funciona também como referência de boas práticas corporativas para projetos não financiados pelo banco (Ploeg et al., 2017). Dessa forma, independente de os projetos específicos serem ou não financiados através de recursos do IFC, a Vale alega adotar “práticas alinhadas com as políticas do Banco Mundial sobre o tema” (Vale S.A., 2011: 86) para minimizar os impactos negativos de processos de deslocamento involuntários. Para isso, a CMN tem um procedimento interno para reassentamentos, o PRO-015075 que é um documento de uso interno e, portanto, não está acessível ao público (Vale S.A., 2016).

Quando não é possível implementar planos alternativos para evitar o reassentamento, o principal objetivo no âmbito do PS.5 é “melhorar ou restaurar os meios de sustento e os padrões de vida das pessoas deslocadas” (IFC, 2012: 2). Esse discurso está presente com bastante frequência na fala dos diferentes atores de alguma forma envolvidos no processo de reassentamento da Vale em Moçambique. Para o governo, o reassentamento é visto como uma oportunidade de desenvolvimento para áreas pouco desenvolvidas (Gov-Mo-1). Um dos artigos do Regulamento para o Reassentamento de Moçambique prevê que o objetivo do processo seja “impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do país e garantir que a população afectada, tenha uma melhor qualidade de vida

[e] equidade social” (República de Moçambique, 2012: 4). Um funcionário da Vale reforça essa visão do reassentamento enquanto oportunidade de desenvolvimento regional no contexto moçambicano:

Mas no nosso contexto aqui em um país com estas condições de pobreza, a gente tem que olhar para o reassentamento, e o governo quando olha para o reassentamento o vê como uma oportunidade de desenvolvimento regional. Falta muito em termos de infra-estruturas. Falta estrada, falta hospital, falta... E nessas todas comunidades aqui que eu estou a falar não haviam estas condições, era preciso ter. Tinha que ter hospital, tinha que ter energia, tinha que ter água, tinha que ter escolas primária e secundária, tinha que ter posto de saúde. E essas condições eram um passo para o desenvolvimento regional. (CMn-Mo-2)

A construção de infra-estruturas pelas corporações também é vista como uma oportunidade para lidar com a pobreza em uma publicação de coautoria entre acadêmicos e um membro da indústria mineradora sobre um processo de reassentamento em Tete (Ploeg et al., 2017: 189). Não obstante, estes lembram também que apenas o acesso aos serviços não significa necessariamente desenvolvimento para essas populações, já que os reassentamentos podem implicar também em violações para a cultura, saúde e auto-determinação (Ibid.: 180), como ilustra o caso da Vale em Moçambique. Apesar de os estados serem os principais portadores do dever de proteção dos direitos humanos das pessoas atingidas por reassentamentos, há uma série de obrigações, requerimentos e expectativas em relação ao papel da CMN. Neste sentido, o regulamento do governo moçambicano prevê a transferência de uma série de responsabilidades nos processos de reassentamento para os operadores privados (Ploeg et al., 2017: 170).

Como contextualizado anteriormente, a Vale por conta do Projeto Carvão Moatize reassentou 1365 famílias dos bairros de Chipanga, Bagamoyo, Mithete e Malabwe para o reassentamento 25 de setembro (perfil urbano) e o reassentamento de Cateme (perfil rural) (Mapa 5). A visão do reassentamento enquanto oportunidade de desenvolvimento foi um dos fatores decisivos para a escolha do local do reassentamento de Cateme que é afastado 40 km da vila de Moatize (local original da maior parte das comunidades) e 55 km da cidade de Tete. Isso porque enquanto a corporação foi responsável por implementar o reassentamento, o governo foi responsável pelo monitoramento do processo e pela escolha do local, um dos mais desastrosos aspectos do reassentamento, já que pessoas que viviam a pouco quilômetros de facilidades urbanas,

principalmente mercados, e do Rio Zambeze foram deslocadas para um lugar isolado no qual perderam acesso à áreas comuns e onde tem grande dificuldade de locomoção. Em busca de apoio popular, governo e CMN fizeram muitas promessas de melhoria nas condições de vida dessa população, mas é muito comum o sentimento de frustração resultante do processo: “é o sofrimento que ela [alusão à corporação] fez, a mudança de vida é essa” (Pop-Mo-2).

O dispositivo de governança central no caso dos reassentamentos foi a elaboração do Plano de Ação para o Reassentamento (PAR) do Projeto Carvão Moatize (Diagonal Urbana, 2007). A necessidade de elaboração do PAR faz parte do cumprimento da Diretriz do Banco Mundial sobre reassentamentos involuntários OP.4.12, uma política de salvaguarda para empreendimentos que resultem no deslocamento de mais de duzentas pessoas (World Bank, 2001). O PAR é o documento no qual o/a proponente do projeto especifica os procedimentos e ações a serem seguidos no âmbito da remoção involuntária (IFC, 2002: x). Apesar de as normas serem condicionantes de uma organização financeira internacional, a elaboração e implementação do plano ficou ao encargo da Vale, sempre condicionado a acordo e negociação com o governo. Esse controle quase total por parte da Vale no âmbito da execução de tarefas relacionadas ao PAR foi o principal instrumento através do qual a CMN passou a exercer a governança cotidiana na vida das populações atingidas. É no PAR que devem estar detalhados como a CMN pretende substituir os serviços sociais e demais serviços comunitários para assegurar a viabilidade econômica e social das comunidades no novo local. Esta deve se comprometer não só com a construção das infra-estruturas necessárias, mas também em assegurar a continuidade dos serviços pelo governo, ou seja, garantir uma transferência de responsabilidades em relação à provisão dos mesmos. Isso porque, uma vez construídas, o governo deve se comprometer em operar, manter e garantir funcionários para os serviços (IFC, 2002: 38). Mas, a necessidade de estabelecer responsabilidades claras no que diz respeito à construção e manutenção destes serviços no curto e longo prazos não funcionou bem na prática, no caso dos reassentamentos da Vale. Até hoje, há grande dificuldade na transição para o governo e uma contínua dependência da CMN para assegurar o funcionamento dos serviços: “o transporte, a escola foi entregue, mas ainda se parte uma lâmpada ele vem pedir uma lâmpada, entendeu? (...)

então ainda tem essa dependência que se cria” (CMn-Mo-1). Representantes da população reassentada em Cateme mostraram uma noção clara em relação à confusão de responsabilidades entre governo e a Vale, bem como de que as infra-estruturas construídas não foram presentes da CMN, mas parte de ações de compensação da expropriação que eles sofreram:

Autora: E a escola? Foram eles que construíram também?

Pop-Mo-3: Yá, porque substituíram as escolas que destruíram lá.

Autora: Que vocês já tinham?

Pop-Mo-3: Exatamente.

Pop-Mo-5: Eles fizeram as escolas melhoradas.

Autora: E aí eles fizeram estas e agora quem está a fazer a gestão é o governo?

Pop-Mo-7: É o governo. Só que isto está ainda em uma confusão. Há bocado nós ficamos aqui, ficamos um dia sem água. A eletricidade de Moçambique veio cortar energia das bombas que faz descarga de água para o depósito de água lá embaixo. (...) Disse que o governo não está a pagar a energia. Passamos aqui de um lado para outro à procura de água.

O PAR da Vale descreve o contexto geral anterior das comunidades reassentadas como sendo de acesso reduzido às infra-estruturas como energia elétrica, cuidados a saúde e redes de ensino (Diagonal Urbana, 2007: 24). Esta caracterização faz parte de uma das secções do PAR, cujo objetivo é identificar a realidade local e o perfil das comunidades (o que reflete como o estudo padroniza e transforma em estatísticas o modo de vida daquelas pessoas, ferramentas típicas do biopoder e da população como alvo de governo). Era preciso então que a CMN disponibilizasse o acesso aos serviços anteriormente disponíveis às comunidades, bem como garantisse as infra-estruturas básicas nos locais de reassentamento, principalmente no caso de Cateme, já que este foi construído em uma localidade isolada. Um reassentado mostra a sua visão em relação à essa responsabilidade da CMN: “aqueles recursos que ela [Vale] está a tirar, está a tirar dentro daquela população. Independente daquilo que está em falta, ela tem que [se] responsabilizar (...) se não tem escola, construir uma escola melhorada. Então aquilo é o bem para aquela população, para ficar[em] pelo menos motivados” (Pop-Mo-7).

Atualmente Cateme pode ser descrito como um “oásis de serviços sociais num deserto de casas meio abandonadas” (SoCiv-Ca-11). Entre os serviços públicos construídos pela CMN estão escola primária, escola secundária, centro de saúde, orfanato, casa de assistência para mulheres grávidas, sistema de abastecimento de água, eletricidade, estação policial e escritórios de

administração pública. Além disso, no âmbito da capacitação das comunidades para restauração dos seus modos de vida, foram implementados programas e projetos sociais. O principal deles é a fazenda modelo, voltado para a capacitação dos trabalhadores rurais através da oferta de assistência técnica em áreas como a produção de cultura de rendimento e horticultura. A desconexão da fazenda e das infra-estruturas construídas pela Vale com a realidade de vida desta população é alvo de crítica:

A Vale agora construiu uma fazenda modelo, mais um oásis. Agora temos escola, posto de saúde e esta terra verde, fértil, tudo com tubos de irrigação, técnicos de agricultura da Vale e as pessoas que já perderam a terra duas vezes e andam à rasca porque não tem maneira de produzir [e] são chamados para aprender como fazer agricultura moderna. (SoCiv-Ca-11).

De fato, o projeto pouco contribuiu para a auto-suficiência da população e a grande desconexão entre os recursos da fazenda e os que a população tem ao seu dispor gera um grande desconforto da mesma em relação ao projeto (Pop-Mo-2-3-4-5-6-7). Na prática, a fazenda é mantida pela CMN como forma de justificativa e propaganda de que esta está cumprindo o seu dever impulsionando o desenvolvimento social local (Vale S.A., 2014b: 16).

Para a construção das infra-estruturas foram usados recursos específicos do Programa Social da Vale que não constam no orçamento do PAR (Diagonal Urbana, 2007: 100; 125). O entendimento dessas tarefas enquanto ações sociais se reflete no dispêndio social da Vale em Moçambique em 2013 que teve como principal eixo de atuação a área de infra-estrutura (53,8%) (Vale S.A., 2014a: 5). Sobre a transformação de investimentos de caráter compulsório (já que realizados no âmbito de reassentamentos involuntários) em ações de responsabilidade corporativa, um entrevistado opina: “eles em muitos momentos se aproveitam disso, sobretudo na tal opção de responsabilidade social corporativa, dizendo que nós que providenciamos a escola, o hospital, o transporte, construímos as casas melhoradas para as famílias mas é uma reposição das infra-estruturas que já existiam” (SoCiv-Mo-13). Essa fala reflete muito bem os discursos contraditórios que estão em jogo quando se trata da ocupação desse espaço de provedora de serviços públicos pela CMN. Por um lado, é muito comum a reclamação de que a CMN não é governo: “porque nosso foco como empresa não é ficar... é produzir carvão né? Então o que nós fazemos é produzir um carvão sustentável, (...) em nenhum momento devemos e nem

queremos substituir o estado na sua responsabilidade de atuação” (CMn-Mo-2). Por outro, a CMN se beneficia das ações que são divulgadas como prova ou ilustração empírica do empenho da CMN no desenvolvimento das comunidades em que opera (Vale S.A., 2012: 341).

Devo te dizer que, por exemplo, em Cateme aquele centro de saúde que nós colocamos lá ele atende não só reassentados mas cobre um raio de 20 quilômetros. (...) Porque? Porque ajuda. Então tu tens toda digamos todo aquele conjunto de infra-estrutura que são o primeiro passo para que as pessoas depois de reassentadas [possam] concentrar-se na produção delas próprias como pessoas. (CMn-Mo-2)

A escola secundária construída pela Vale é reconhecida como um exemplo de boa infra-estrutura (SoCiv-Mo-6-7-14) e funciona como uma espécie de símbolo da visão do reassentamento enquanto pólo de desenvolvimento regional e da CMN como agente de desenvolvimento. Mas, apesar das muitas infra-estruturas construídas pela Vale, algumas de reconhecida qualidade, há muito descontentamento por parte da população que tem enfrentado muita dificuldade. Uma das reassentadas reclama que no 25 de setembro não há áreas de lazer, o candeeiro da rua já não acende e a luz chega, mas tem que pagar, e muitos/as não têm maneira de o fazer (Pop-Mo-2). Além disso, no reassentamento foi possível observar, além das casas rachadas (já que foram construídas sem fundação), que, apesar de a Vale ter feito torneiras, a água já não sai através destas ou é muito escassa. A questão da luz ilustra bem as consequências da destruição de uma economia que operava predominantemente por vias informais, já que antes muitos/as dos/as reassentados/as possuíam ligações clandestinas de luz que agora já não têm possibilidade de fazer (CMn-Mo-1). Estes são os resultados de uma urbanização planejada, mas que tem dificuldades de ser sustentada tanto pelo governo local, e principalmente pelos/as usuários/as dos serviços, o que se reflete em uma dependência cotidiana da Vale.

Algumas das conquistas da mobilização popular que aconteceu em 2012 em Cateme foram asfalto, iluminação nas ruas, transporte (ônibus), ambulância, um tanque de água e melhoras nas casas. Mas houve uma apropriação por parte do governo de alguns desses serviços e eventualmente até dos seus rendimentos: “o carro da ambulância deu a Vale, então o distrito levou, está lá no hospital distrital, alegando que não é só pra vocês, tem que cobrir pra todo o distrito” (Pop-Mo-7). O ônibus coletivo também virou um bus privado já que,

segundo a população, “quem cobra é o governo, mas a parte da manutenção do carro, motorista é de responsabilidade da Vale e o dinheiro que o governo pega com as passagens vai pro distrito e já ninguém sabe qual o fim que tem” (Pop-Mo-6). Na opinião de um representante da ONG Justiça Ambiental,

Eu penso que há muita fulga. Há fulga de responsabilidades porque a Vale em algum momento podia sentir que as comunidades podiam ter alguma forma de resistência e confrontar a própria empresa, mas sabem que com a presença do governo já não. Então penso eu que a Vale queria usar o governo pra se proteger e o governo queria usar a Vale para providenciar serviços. (SoCiv-Mo-2)

Apesar de um funcionário da CMN alegar que “nós e o governo estamos bem sintonizados nesse limite dos papéis”, quando se indagou um representante do governo sobre a transição da responsabilidade de gestão dos serviços da CMN para a esfera pública, ele afirmou que este é um aspecto que provavelmente não está muito claro na legislação e que eles estão trabalhando para torná-lo mais objetivo (Gov-Mo-1). Inegavelmente estas dinâmicas são coproduzidas através de características muito próprias do funcionamento de Moçambique enquanto estado hospedeiro. As ideias de que “o governo também está a comer dentro da empresa” (Pop-Mo-7) e de que o “processo de reassentamento está pensado em uma maneira muito assistencialista, é como dar coisas aos pobres (...), aos infelizes, aos desgraçados” (Consult-Mo-1) extravasam o caso dos reassentamentos e são reflexos da maneira de conceber e lidar com os benefícios do fluxo de IED e da própria governança dos recursos naturais em Moçambique. Por um lado, a corrupção sistêmica é responsável por desviar recursos públicos da mineração (a parte que sobra, dado que as isenções fiscais são tamanhas) que deveriam ser destinados para a provisão e manutenção destes serviços (SoCiv-Mo-9-10). Por outro, há um processo de concessão de infra-estruturas públicas a muito baixo custo baseado no discurso de benefícios para o desenvolvimento do país, muito carente nesse setor.

O contrato com Vale não é muito favorável para Moçambique. Toda gente fala que Moçambique fez negócios muito fracos em termos de aquilo que nós ganhamos do carvão. Mas o governo justificou-se a dizer olha: não vamos ganhar aqui, mas vamos ganhar nos impactos positivos, no desenvolvimento e coisa. E deram um exemplo até às vezes da infra-estrutura. Vamos pensar na infra-estrutura, esta estrutura vai beneficiar outros setores. (SoCiv-Mo-1)

Ainda sobre esse processo:

Uma coisa que é interessante é que no discurso do governo, o papel que as companhias multinacionais têm no desenvolvimento de infra-estrutura

gera sinergias para o resto da economia, portanto reduz o caráter de enclave das economias na medida em que o resto da economia beneficia. Portanto, beneficia da eletrificação, beneficia das linhas férreas, beneficia das estradas etc. (SoCiv-Mo-11)

No que diz respeito ao controle do complexo da mineração assumido pela Vale ao longo dos anos em Moçambique, um pesquisador afirma: “agora controlam o porto, controlam a linha férrea e controlam as minas. Então praticamente compraram o estado” (SoCiv-Mo-7). No caso da Linha do Norte no Corredor Logístico de Nacala, a obra é de reabilitação e expansão de uma infraestrutura que já existia. A ferrovia era um meio vital de transporte de pessoas e mercadorias para as populações. Com a prioridade dada ao transporte do carvão, muitas estações ferroviárias locais foram fechadas e estas pessoas perderam acesso ao uso desse meio de transporte (Nhamire e Matine, 2015: 42). Sendo assim, a grande questão é que através desse controle e participação ativa na provisão de infra-estruturas, a CMN possui grande poder e influência em definir como vai funcionar o desenvolvimento que está a acontecer nessas zonas (SoCiv-Mo-1). Como acrescenta um investigador, são geradas situações em que nem o estado pode intervir, uma vez que representa a “internacionalização de todos os processos e, portanto [a Vale] tem controle absoluto e se alguém quer usar as infra-estruturas tem que pagar, incluindo o governo” (SoCiv-Mo-11).

Em suma, neste contexto, a CMN se transforma em um agente de desenvolvimento que substitui muitas atribuições estatais exemplificando como a dimensão da retirada, privatização e entrega daquilo que tradicionalmente seria responsabilidade do estado para um agente privado cria em Moçambique uma relação de dependência contínua das populações às ações de governança cotidiana da CMN.

Mecanismos de governança cotidiana da Vale

Como exemplificado através do caso de Moçambique, a Vale assume papéis tradicionalmente associados aos estados e isso provoca em relação ao controle do bem-estar e às opções de desenvolvimento das populações atingidas. Mas, esta é apenas a parte mais visível da complexidade dos processos de governança cotidiana que envolvem a Vale nos territórios. Isso porque além do caminho usual da definição de governança como a substituição do estado por atores funcionalmente equivalentes, esta pode também ser

pensada a partir dos mecanismos, ou seja, ao alcance da ordem política por outros meios que vão além das ferramentas clássicas de governo (Guzzini, 2012).

O exercício de governança cotidiana pela CMN implica também na sua participação ativa no desenho, implementação e gestão de mecanismos através dos quais o consentimento é construído e a ordem política assegurada no relacionamento com as populações atingidas por suas atividades. Na prática, a CMN emprega padrões duplos e lógicas paralelas para legitimar a extração comercial nos quais mecanismos como o engajamento comunitário participativo (típico da cooperação e da governamentalidade) são empregados tanto quanto mecanismos de controle coercivos (típico do poder disciplinar) (Hönke, 2012: 58). Conforme diz uma entrevistada: “quando não vai no amor, vai na pressão” (SoCiv-Br-3).

Sob esta ótica, há um outro problema de transparência na indústria extrativa que não é o da gestão e distribuição de recursos financeiros, alvo de iniciativas para o estabelecimento de padrões internacionais de conduta como a *Extractive Industries Transparency Initiative* (EITI), mas sim o da distinção entre mecanismos de gestão da população tornados públicos e outros que se desenvolvem numa dimensão oculta ao grande público. De fato, há um descompasso entre as políticas formais de atuação da CMN para o controle social e aquilo que é encontrado nos terrenos, ou seja, a operacionalização destas políticas. Conforme a percepção de uma entrevistada: “é tudo atrás desta palavragem sobre sustentabilidade e responsabilidade social corporativa, e isso tudo como mecanismos para camuflar a natureza mais crua que realmente é um pouco voltada para a altura dos séculos VI e VII (...) entram e fazem o que querem e tornam-se os senhores da terra noutros sítios” (SoCiv-Ca-11).

Por um lado, há uma série de mecanismos não institucionalizados e flexíveis de controle que emergem a partir da percepção de uma necessidade de adaptação da CMN a determinados contextos. Esta é uma dimensão oculta composta por mecanismos coercivos e disciplinares como a vigilância corporativa destinados a neutralizar a dissidência de potenciais opositores. Estes mecanismos geralmente não integram as estratégias discursivas e, portanto, não são abertos para o grande público. É por esse motivo que entender a sua existência/funcionamento depende especialmente do relato de pessoas que

sentem os efeitos cotidianos dessas formas de governança. Por outro lado, além dos mecanismos coercivos, a CMN também apresenta com frequência mecanismos de atuação baseados na negociação, cooperação e inclusão, que compõem a sua política formal para o controle social em consonância com os padrões ideais de conduta da indústria extrativa. Estes mecanismos são típicos da governamentalidade (Foucault, [1977-1978] 2008) como forma de dominação a partir de tecnologias de governo que visam otimizar o bem-estar da população. Dessa forma, através deles, a Vale se constitui como um ator privado ativo nos arranjos da governamentalidade transnacional neoliberal (Ferguson e Gupta, 2005) por meio do desejo de moldar a conduta de pessoas individualmente e coletivamente na sua conexão com os recursos naturais através de esquemas de melhoramento.

Na prática, existe uma coexistência de mecanismos coercivos e participativos através dos quais a Vale governa, administra e controla cotidianamente a vida e as possibilidades de conduta da população atingida em relação à extração de recursos. Por um lado, há o uso de mecanismos coercivos que se aproximam do poder disciplinar para o exercício da ordem pela CMN como exemplificam a judicialização na gestão de conflitos, vigilância corporativa e privatização da segurança. Os relatos dos/as entrevistados/as incluíram de ameaças intimidatórias no meio da noite a um ativista moçambicano que organizava uma atividade de articulação entre movimentos sociais de mineração em Tete (SoCiv-Ca-11), até ameaças de morte que teriam sido proferidas no Pará por uma funcionária da CMN para um atingido pela ferrovia: “olha tu pode ser queimado a qualquer momento” (Pop-Br-15). Nos processos de negociação com comunidades também são comuns relatos do uso de mecanismos de manipulação da participação pública, como exemplifica um atingido pelos reassentamentos em Moçambique:

A empresa trouxe dinheiro, comprou o governo, criou pessoas para enganar, andava de casa em casa a enganar (...) A empresa Vale combinou com os políticos do governo, trouxeram bebidas, trouxeram bebidas alcoólicas. Um caminhão de cerveja (...) Quando amanhecia o secretário dividia o quê? Aquela bebida em caixas para os que bebem. Então quando quer fazer reunião vem fazer reunião às 15 horas (...) apanha toda a gente o quê? Grosso. (...) Ai “eu querer ir pra Cateme pá, quero comer bem”, então “quando você vai pra Cateme nós vamos dar açúcar, nós vamos dar pão, vamos dar peixe”. (...) Começaram o quê? A enganar as pessoas. (...) Ser enganado com pão, ser enganado com peixe. Agora hoje veja lá, nem açúcar a Vale vai lá dar. (Pop-Mo-1)

Além disso, quando ocorreu a Revolta de Cateme, manifestação popular na qual a população ocupou a Linha Férrea da Beira, impedindo a circulação do trem de carvão da Vale, como forma de reivindicar promessas não cumpridas pela CMN (entre elas, indenizações, reparos nas casas, infra-estrutura do reassentamento, transporte), a Vale teve um envolvimento direto com a chegada da Força de Intervenção Rápida na manifestação, o que demonstra “uma espécie de aliança entre o governo e as empresas para reprimir as pessoas” (SoCiv-Mo-8). A manifestação foi duramente reprimida pela Política da República de Moçambique (PRM) e a Força de Intervenção Rápida (FIR). Mas foi através dessa e outras manifestações que os/as reassentados/as tiveram alguns direitos atendidos, conforme relatam entrevistados/as:

Aquilo não era manifestação, era guerra! (...) Só que pronto, aqueles pontos a Vale viu que aquele assunto era sério. Tinham que responder. Compraram ambulância, puseram alcatrão, iluminação, aquele tanque. É pá muita coisa que estava aí na carta de manifestação, responderam. (Pop-Mo-6)

Os ativistas estavam sempre a reclamar então essa é arma grande que um ativista, um atingido pela mineração não pode parar. Então sempre tem que falar. Um dia pode ter resultado. Então é isso que nós estamos a fazer. Por exemplo, acerca dessa gente nossa que foram retirado de Chipanga pra aqui. Lá tinha hospital. Quando vieram aqui não tinha hospital. Então reclamou-se, reclamou-se até fizeram manifestação apesar que alguns foram detidos até quase morreram, mas puseram hospital. Então escola. Agora a luta é de escola. Não tem escola. (Pop-Mo-11).

Por outro lado, há os mecanismos participativos e de inclusão típicos da governamentalidade operacionalizados a partir das tecnologias de governo da responsabilidade social corporativa e dos *Impact and Benefit Agreements*. Como forma de resposta à complexidade atual das demandas de sustentabilidade e atuação responsável que recaem sobre as corporações, a indústria da mineração tem desenvolvido uma série de mecanismos emergentes de governança socioambiental que aprofundam e facilitam as formas extrativistas do capitalismo. Estes mecanismos são novas tecnologias de governo que visam idealmente substituir o uso de mecanismos coercivos através de um aumento na participação e desenvolvimento comunitário. Neste contexto, a própria política de desenvolvimento comunitário da Vale é um projeto de governo (Hönke, 2012). Afinal, como ressalta um reassentado de Cateme, “quando não há entendimento, pronto, há guerra, não há paz, então sentar, fazer diálogo quando as coisas vão bem” (Pop-Mo-7). São mecanismos desenhados para promover e legitimar a

indústria e assegurar a sua condição de existência. Funcionam como uma nova forma de normalização da lógica do mercado na qual a construção de consentimento é produzida através da promoção de um engajamento participativo da população atingida.

A análise da atuação da Vale mostra que há uma vontade de melhorar discricionária e seletiva por parte da corporação responsável por produzir violências e exclusões. Em Moçambique, há um tratamento discricionário da população atingida. Para um ativista da Acção Académica Para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), “em alguns casos quando querem transparecer fazem o que deve ser feito e em alguns casos simplesmente não querem fazer” (SoCiv-Mo-4). Em Tete, as comunidades não-reassentadas de Capanga, Catete e Ntchenga ilustram bem este processo: “não há condições já para que a população possa manter aqui a viver, a solução que era que devia a empresa reassentar essa comunidade” (Pop-Mo-10). A presença da CMN gerou restrições das comunidades no acesso às áreas essenciais para seu modo de vida:

É esse o problema que está a nos criar conflito com a Vale. Agora temos ainda mais outros problemas para resolver. Fizeram coisa, nova estrada para proibir-nos onde que usávamos anteriormente desde há muito, via de acesso que leva daqui até à vila para podermos o quê? Conseguir tratamento hospitalar essa coisa toda, mesmo compra de produto da primeira necessidade é aquela via. (Pop-Mo-8)

Ou seja, nessas comunidades também se sente uma presença ativa da companhia no dia-a-dia da população, mas expressa por outros meios: restrições dos seus modos de vida e formas diversas de controle, já que por estarem dentro da área de influência direta da Vale estão mais sujeitas às suas políticas e aos impactos socioambientais da mineração

Em suma, na realidade, constatou-se um tratamento díspar da corporação às populações atingidas pelos mesmos empreendimentos, bem como diferenças na atuação global da corporação. Ou seja, há nuances significativas nos mecanismos de governança cotidiana implementados pela Vale a nível local e global. Enquanto que no contexto de maior institucionalização e direitos dos povos indígenas juridicamente mais bem definidos do Canadá, a Vale apresenta mecanismos de adaptação para controlar e normalizar a atividade da mineração a partir da filosofia de comunidades parceiras, no Brasil e em Moçambique a

CMN tem um 'papel de governo' acentuado e age predominantemente de acordo com a concepção de comunidades espoliadas, por meio de mecanismos coercivos. Essas diferenças nas formas de engajamento comunitário e na adoção de tecnologias de governo discricionárias para o controle social mostram como a performance socioambiental da Vale no mundo é multifacetada e apontam para a heterogeneidade de suas formas de atuação, bem como para a fraqueza de seus padrões globais de conduta. Não há uniformidade e alcance global/transnacional no modelo de governança do relacionamento social da Vale com as populações atingidas. Além disso, a política corporativa para a gestão social é pouco clara e transparente e há um fosso entre o âmbito discursivo que adota o modelo de vanguarda de boas práticas corporativas informado pela racionalidade da governamentalidade e a prática da CMN. A vontade corporativa de melhorar é seletiva e discricionária. Apesar de a análise ter versado sobre a mesma corporação, a falta de padronização na forma de atuação da Vale aponta para a existência de Vales no plural, uma vez que em muitos aspectos cada subsidiária se comporta de maneira única.

Conclusão

A CMN mineradora é um ator privado central na análise da difusão do poder global e em esquemas de governança emergentes. Na dimensão da agência da governança, a ideia de que a Vale exerce 'papel de governo' através da provisão de serviços normalmente associados à esfera pública, mostra como a CMN passa a ser concebida enquanto agente central de desenvolvimento. Mas, o 'papel de governo' representa apenas a faceta mais visível da governança cotidiana da Vale nos terrenos e os serviços ofertados pela CMN podem também ser concebidos como um mecanismo de governo para o controle da população atingida. Outra problemática central da governança cotidiana é a dos mecanismos através dos quais esta governança é exercida pela CMN, que vai das formas mais tradicionais e veladas de coerção, típicas do poder disciplinar, a formas emergentes que constituem os arranjos de governamentalidade e a esfera da transcrição pública da CMN.

Apesar de existirem nuances e diferenças significativas entre os mecanismos de governança que apontam para uma forma heterogênea de

atuação socioambiental a nível local e global, a presença da CMN muitas vezes provoca reações semelhantes por parte das populações atingidas. O potencial analítico de ressaltar essa semelhança é explicar como todos os contextos estudados foram palcos para a emergência de conflitos socioambientais. Os conflitos que emergem nestes contextos não são necessariamente negativos, mas uma forma de luta por justiça socioambiental e contraconduta das populações atingidas aos mecanismos de governança cotidiana sobre elas operados, i.e. “luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros” (Foucault, [1977-1978] 2008).

A tendência global das CMNs assumirem papéis ativos no desenvolvimento de territórios é acompanhada pela acentuação da emergência a nível global de conflitos socioambientais nas zonas operacionais destas CMNs, bem como nos seus arredores. A conflitualidade é um indício de como as externalidades socioambientais (negativas e positivas) dos megaprojetos são distribuídas de maneira profundamente desigual na sociedade. Os conflitos são uma forma de resistência das populações às diversas formas através das quais a corporação assume dimensões de governo, bem como da exclusão dessas dos meios institucionalizados de manifestação política e da distribuição das riquezas dos recursos: “não tem este espaço [de participação], nós aqui estamos isolados” (Pop-Mo-5).

Socialmente, a necessidade da extração de recursos naturais em larga-escala é justificada com base no discurso de que o grande potencial econômico dos megaprojetos é uma excelente oportunidade para a promoção do desenvolvimento da população hospedeira e de uma maior justiça social. E se algo de errado ocorrer nessa equação, os elementos centrais para explicar a falha são a fragilidade institucional e regulatória dos estados hospedeiros que, por sua vez, estão geralmente associadas ao nível de desenvolvimento desses países. O que essa narrativa oculta é como os estados, em tempos de neoliberalismo, tiveram a sua existência alterada para serem cada vez menos reguladores da indústria (um contrabalanço entre forças econômicas externas e a economia doméstica), e cada vez mais promotores da mesma, ao adotarem políticas que visam adaptar as economias domésticas para as exigências das forças econômicas globais (Cox, 1995). Esta hegemonia da racionalidade neoliberal, que condiciona a inserção dos estados na economia global a partir da

crescente liberalização do fluxo de capital internacional e da desregulamentação dos investimentos, é um elemento comum em todos os três estados hospedeiros/sede, apesar de evidentemente haver nuances significativas de comportamento entre eles.

Com essa retração do estado resultado da implementação de políticas neoliberais, atores como as CMNs passaram a ter um espaço cada vez maior não só para expandir suas operações a nível global, como também para assumir dimensões de governo. A própria possibilidade de inserção internacional da Vale é fruto desta confluência de forças neoliberais a nível global, o que resultou na emergência contextual de novos espaços de governança no qual a corporação tem centralidade.

Em Moçambique, o ‘papel de governo’ da CMN na substituição de muitas atribuições classicamente estatais também é acentuado. A Vale ocupa aí um espaço significativo de governança, principalmente devido às políticas para a atração do investimento internacional marcadamente pró-negócios e ao ambiente regulatório que a corporação encontrou no terreno com brechas muito significativas. Neste contexto, a Vale passou a ser um agente de governo e desenvolvimento central, principalmente no caso das populações reassentadas. A nítida falta de conexão entre a extração de recursos e a promoção de desenvolvimento local tem sido alvo de críticas, mas, o que explica os indícios de má governança dos recursos no caso moçambicano não são exclusivamente as limitações institucionais do estado que, é preciso dizer, abriga em seu bojo bolsões de eficiência (Macuane *et. al.*, 2017), mas antes uma transferência deliberada de responsabilidades do mesmo para atores econômicos privados. A grande questão aqui é que a partir desse controle e da participação ativa na provisão de infra-estruturas, a Vale passa a ter grande influência na própria concepção de como o desenvolvimento está a acontecer nas zonas dos arredores das áreas sob sua concessão. Esse processo criou uma dependência contínua das populações em relação à CMN para assegurar o funcionamento de serviços públicos e gerou uma contestação expressiva em relação à legitimidade da CMN para o exercício de tais tarefas.

Na prática, a difusão do poder na governança global resulta na difusão das responsabilidades perante os impactos causados e enfraquece o fenômeno de prestação de contas para a sociedade e principalmente para as populações

atingidas. A consequência última disso é que fabrica-se uma ideia de que há um vazio de governança. Mas, para cada violência perpetuada através da exploração de minérios, há atores que devem ser responsabilizados pela sua conduta ou pelos esquemas de direcionamento da conduta dos outros que colocam em prática. Para que seja possível caminhar para cenários onde as possibilidades de perpetuação destas formas de violência e ordens sociais injustas sejam cada vez mais restritas é necessário atribuir uma responsabilidade clara ao empreendedor perante a maneira socialmente violenta como este ocupa espaços políticos cada vez maiores em prol dos seus interesses econômicos. Sendo assim, o crescente envolvimento de atores privados na provisão de bem-estar, bens comuns e serviços sociais é uma das formas de expressão do fenômeno da governança sem estado, mas não sem governo. A reflexão de que o vazio de governança é uma produção deliberada ganha uma urgência renovada com o anúncio de desinvestimento da Vale em Moçambique, adicionando novas complexidades para a discussão sobre responsabilização corporativa perante as violações de direitos humanos e destruição ambiental no país.

Referências

1. Bibliográficas

Auty, Richard M. (1993) *Sustaining Development in Minerals Economies: The Resource Curse Thesis*. London: Routledge.

Börzel, Tanja A.; Risse, Thomas (2010) "Governance without a state: Can it work?" *Regulation & Governance*. 4, 113-134.

Börzel, Tanja A.; Hönke, Jana (2011) "From Compliance to Practice: Mining Companies and the Voluntary Principles on Security and Human Rights in the Democratic Republic of Congo" *SFB - Governance Working Paper Series*. 25, 3-38.

Bossi, Dário; Gazzinelli, Gustavo; Kato, Karina; Milanez, Bruno (2009) "A face agressiva da Vale" *in* Campanha Justiça nos Trilhos, Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS), Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, Movimento dos Atingidos por Barragens, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, Rede de Justiça Ambiental; Rede Social de Justiça e

Direitos Humanos (eds.) *Empresas Transnacionais Brasileiras na América Latina: um Debate Necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 159-174.

Collier, Paul; Hoeffler, Anke (2004) "Greed and Grievance in Civil War" *Oxford Economic Papers*. 56 (4), 563-595.

Costa, Armando Dalla (2009) "La Vale dans Le nouveau contexte d'internationalization des entreprises brésiliennes" *Entreprises et Histoire*. 54, 86-106.

Cox, Robert (1995) "Critical Political Economy" in Hettne, Bjorn (ed.) *International Political Economy: Understanding Global Disorder*. London: Zed Books, 31-45.

Diagonal Urbana (2007) *Plano de Acção para Reassentamento - Moatize Parte I*. Maputo.

Duffield, Mark (2007) *Development, Security and Unending War - Governing the World of Peoples*. Cambridge: Polity Press.

Faustino, Cristiane; Furtado, Fabrina (2013) *Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D da Vale S.A - Relatório da Missão de Investigação e Incidência*. Açailândia: Justiça Global Brasil, Fundo Socioambiental Casa, Dhesca Brasil.

Ferguson, James (2005) "Seing like an oil corporation: Space, Security, and Global Capital in Neoliberal Africa" *American Anthropologist*. 107 (3), 377-382.

Ferguson, James; Gupta, Akhil (2005) "Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmenality" in Inda, Jonathan Xavier (eds.) *Anthropologies of Modernity - Foucault, Governmentality, and Life Politics*. Malden: Blackwell, 105-134.

Fleury, Afonso; Fleury, Maria Tereza Leme (2011) *Brazilian Multinationals Competences for Internationalization*. Nova York: Cambridge University Press.

Foucault, Michel ([1977-1978] 2008) *Segurança, Território, População - Curso dado no College de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Goldstein, Andrea (2007) *Multinational Companies from Emerging Economies - Composition, Conceptualization and Direction in the Global Economy*. Hampshire: Palgrave Macmillan.

Gonçalves, Eduardo (2015) "Vale tenta se descolar da Samarco: 'Empresas concorrentes'". <https://veja.abril.com.br/politica/vale-tenta-se-descolar-da-samarco-empresas-concorrentes/> [22 de julho de 2021].

Graz, Jean-Christophe; Nölke, Andreas (2012) "The Limits of Transnational Private Governance" in Guzzini, Stefano; Neumann, Iver B. (eds.) *The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy meets Foucault*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 118-141.

Guzzini, Stefano; Neumann, Iver B. (eds.) (2012) *The Diffusion of Power in Global Governance: International Political Economy Meets Foucault*. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan.

Hönke, Jana (2012) "Multinationals and Security Governance in the Community: Participation, Discipline and Indirect Rule" *Journal of Intervention and Statebuilding*. 6 (1), 57-73.

Hönke, Jana; Thauer, Christiab R. (2014) "Multinational Corporations and Service Provision in Sub-Saharan Africa: Legitimacy and Institutionalization Matter" *Governance: An International Journal of Policy, Administration and Institutions*. 27 (4), 697-716.

Human Rights Watch (2013) *What is a House Without Food? - Mozambique's Coal Mining Boom and Resettlements*. Nova York: Human Rights Watch.

IFC (2012) *Padrão de Desempenho 5 - Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário*. Washington: Corporação Financeira Internacional.

IFC (2012) *Padrão de Desempenho 5 - Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário*. Washington: Corporação Financeira Internacional.

Kamminga, Menno T. (2014) "Multinational Corporations in International Law" <http://www.oxfordbibliographies.com/view/document/obo-9780199796953/obo-9780199796953-0049.xml> [22 de julho de 2021].

Krasner, Stephen D.; Risse, Thomas (2014) "External Actors, State-Building, and Service Provision in Areas of Limited Statehood: Introduction" *Governance: An International Journal of Policy, Administration, and Institutions*. 27 (4), 545-567.

Macuane, José Jaime; Buur, Lars; Monjane, Celso Marcos (2017) "Power, Conflict and Natural Resources: the Mozambican Crises Revisited" *African Affairs*. 1-24.

Milanez, Bruno; Iosekann, Cristiana (eds.) (2016) *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital.

Nhamire, Borges; Matine, Jorge (2015) *Parcerias público-privadas: um investimento necessário, mas problemático em Moçambique - caso da*

concessão do Porto de Nacala e Linha do Norte Maputo: Centro de Integridade Pública.

Olmos, Marli (2008) "Vale faz parceria com Columbia para criar centro de pesquisa". São Paulo: Valor Econômico.

Pegg, Scott (2006) "Mining and poverty reduction: Transforming rhetoric into reality" *Journal of Cleaner Production*. 14 (3-4), 376-387.

Pillonel, Benedict; Sutorius, Naomi (2005) "Brazil mining, an industry on the rise: moving from a domestic focus to global influence" *Engineering and Mining Journal*. 206 (1), 26-34.

Ploeg, Lidewij van der; Vanclay, Frank; Lourenço, Ivo (2017) "The responsibility of business enterprises to restore access to essential public services at resettlement sites" in Hesselman, Marlies, Wolf, Antenor Hallo de; Toebes, Brigit (eds.) *Socio-Economic Human Rights in Essential Public Services Provision (Human Rights and International Law)*. Cambridge: Routledge, 168-190.

República de Moçambique (2012) Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Actividades Económicas. Maputo: República de Moçambique.

Risse, Thomas (eds.) (2011) *Governance Without a State? Policies and politics in areas of limited statehood*. New York: Columbia University Press.

Ross, Michael L. (1999) "The Political Economy of the Resource Curse " *World Politics* 51 (2), 297-322.

Sachs, Jeffrey D.; Warner, Andrew M. (1999) "The big push, natural resource booms and growth" *Journal of Development Economics*. 59, 43-76.

Sauvant, Karl (2015) AIM Investment Report 2015: Trends and Policy Challenges. Dubai: Annual Investment Meeting.

Soysa, Indra (2000) "The Resource Curse: Are Civil Wars Driven By Rapacity or Paucity?" in Berdal, Mats R.; Malone, David M. (eds.) *Greed and Grievance - Economic Agendas in Civil Wars*. Boulder: Lynne Rienner.

Stiglitz, Joseph E. (2007) "Multinational Corporations: Balancing Rights and Responsibilities" *American Society of International Law*. 101, 3-60.

Szablowski, David (2007) *Transnational Law and Local Struggles: Mining, Communities and the World Bank*. Portland: Hart Publishing.

Vale S.A. (2011) Relatório de Sustentabilidade 2010. Rio de Janeiro: Vale.

Vale S.A. (2012b) *Vale: Nossa História*. Rio de Janeiro: Verso Brasil.

Vale S.A. (2014a) Sustentabilidade Moçambique 2013. Maputo: Vale.

Vale S.A. (2014b) Competitividade do negócio do carvão em Moçambique. Maputo:

Vale S.A. (2016) Social Performance Presentation. Rio de Janeiro: Vale.

Weber-Fahr, Monika (2002) *Treasure or Trouble? Mining in Developing Countries*. Washington D.C.: World Bank and International Finance Corporation.

Welker, Marina (2014) *Enacting the Corporation: An American Mining Firm in Post-Authoritarian Indonesia*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press.

World Bank (2001) OP 4.12 - Involuntary Resettlement. Washington: The World Bank.

Zalik, Anna (2004) "The Niger Delta: 'Petro Violence' and 'Partnership Development'" *Review of African Political Economy*. 101, 401-424.

2. Lista de entrevistas

Brasil – Br

Canadá – Ca

Moçambique – Mo

População Atingida (Pop)

Pop-Br-1: Indígena Akrãtikatêjê, Terra Indígena Mãe Maria (Pará), 13 de janeiro de 2016.

Pop-Br-2: Indígena Akrãtikatêjê, Terra Indígena Mãe Maria (Pará) 13 de janeiro de 2016.

Pop-Br-3: Indígena Akrãtikatêjê, Terra Indígena Mãe Maria (Pará), 13 de janeiro de 2016.

Pop-Br-4: Indígena Parkatêjê, Terra Indígena Mãe Maria (Pará), 13 de janeiro de 2016.

Pop-Br-5: Membro do MAM, Marabá (Pará), 11 de janeiro de 2016.

Pop-Br-6: Membro do MST, Parauapebas (Pará), 19 de janeiro de 2016.

Pop-Br-7: Representante do STTR, Canaã dos Carajás (Pará), 16 de janeiro 2016.

Pop-Br-8: Trabalhador/a sem terra acampado/a, Canaã dos Carajás (Pará), 17 de janeiro 2016.

Pop-Br-9: Trabalhador/a sem terra acampado/a, Canaã dos Carajás (Pará), 17 de janeiro 2016.

Pop-Br-10: Trabalhador/a sem terra acampado/a, Canaã dos Carajás (Pará), 17 de janeiro 2016.

Pop-Br-11: Reassentado/a do AUAS, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

Pop-Br-12: Reassentado/a do AUAS, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

Pop-Br-13: Reassentado/a do AUAS, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

Pop-Br-14: Reassentado/a do AUAS, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

Pop-Br-15: Morador/a do Bairro Alzira Mutran, Marabá (Pará), 21 de janeiro 2016.

Pop-Ca-1: Indígena Sagamok Anishnawbek, Great Sudbury (Ontario), 23 de junho de 2015.

Pop-Ca-2: Indígena Sagamok Anishnawbek, Great Sudbury (Ontario), 23 de junho de 2015.

Pop-Ca-3: Indígena Atikameksheng Anishnawbek, Sudbury (Ontario), 25 de junho de 2015.

Pop-Ca-4: Indígena Atikameksheng Anishnawbek, Sudbury (Ontario), 25 de junho de 2015.

Pop-Ca-5: Membro do USW Local 6500, Sudbury (Ontario), 9 de junho de 2015.

Pop-Ca-6: Membro do USW Local 6500, Sudbury (Ontario), 9 de junho de 2015.

Pop-Ca-7: Membro do sindicato USW, Toronto (Ontario), 27 de maio de 2015.

Pop-Ca-8: Membro do USW Local 6500, Sudbury (Ontario), 10 de junho de 2015.

Pop-Ca-9: Membro do USW Local 6500, Sudbury (Ontario), 18 de junho de 2015.

Pop-Mo-1: Reassentado/a do 25 de setembro, Vila de Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-2: Reassentado/a do 25 de setembro, Vila de Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-3: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-4: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-5: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-6: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-7: Reassentado/a de Cateme, Cateme (Tete), 6 de julho de 2016.

Pop-Mo-8: Membro da comunidade de Cancope, Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-9: Membro da comunidade de Catete, Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-10: Membro da comunidade de Ntchenga, Moatize (Tete), 7 de julho de 2016.

Pop-Mo-11: Representante dos oleiros, Moatize (Tete), 6 de julho de 2016.

Sociedade Civil (SoCiv)

SoCiv-Br-1: Representante da Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Canaã dos Carajás, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

SoCiv-Br-2: Professor/a da UNIFESSPA, Marabá (Pará), 12 de janeiro 2016.

SoCiv-Br-3: Representante da CPT, Marabá (Pará), 11 de janeiro 2016.

SoCiv-Br-4: Representante do CEPASP, Canaã dos Carajás (Pará), 18 de janeiro 2016.

SoCiv-Br-5: Representante do CEPASP, Canaã dos Carajás (Pará), 17 de janeiro 2016.

SoCiv-Ca-1: Ativista, Ottawa (Ontario), 4 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-2: Representante do *Coalition for a Liveable Sudbury*, Sudbury (Ontario), 17 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-3: Representante do *Vale Living with Lakes Center*, Sudbury (Ontario), 15 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-4: Pesquisador/a da Universidade Laurentian, via telefone, 2 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-5: Pesquisador/a da Universidade Laurentian, Sudbury (Ontario), 18 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-6: Representante do *Vale Hospice*, Sudbury (Ontario), 17 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-7: Representante da *MiningWatch Canada*, Ottawa (Ontario), 3 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-8: Representante da *MiningWatch Canada*, Ottawa (Ontario), 3 de junho de 2015.

SoCiv-Ca-9: Representante do *Center for Policy Alternatives*, Toronto (Ontario), 29 de maio de 2015.

SoCiv-Ca-10: Representante do *Center for Policy Alternatives*, Toronto (Ontario), 29 de maio de 2015.

SoCiv-Ca-11: Ativista, Toronto (Ontario), 25-30 de maio de 2015.

SoCiv-Mo-1: Representante da ONG Justiça Ambiental, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-2: Representante da ONG Justiça Ambiental, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-3: Representante da ONG Justiça Ambiental, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-4: Representante da ADECRU, Maputo (Maputo), 18 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-5: Representante do Centro Terra Viva, Maputo (Maputo), 27 de junho de 2016.

SoCiv-Mo-6: Representante da Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Vila de Moatize (Tete), 5 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-7: Representante da AAAJC, Vila de Moatize (Tete), 5 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-8: Pesquisador/a do Centro de Integridade Pública, Maputo (Maputo), 11 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-9: Pesquisador/a do Observatório do Meio Rural, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-10: Pesquisador/a do Observatório do Meio Rural, Maputo (Maputo), 13 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-11: Pesquisador/a do IESE, Maputo (Maputo), 15 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-12: Pesquisador/a independente , Maputo (Maputo), 18 de julho de 2016.

SoCiv-Mo-13: Ativista, Maputo (Maputo), 1 de julho de 2016.

Corporação Multinacional (CMn)

CMn-Br-1: Funcionário/a da Vale, Marabá (Pará), 14 de janeiro de 2016.

CMn-Br-2: Funcionário/a da Vale, Rio de Janeiro (Rio de Janeiro), 2 de dezembro de 2016.

CMn-Br-3: Funcionário/a da Vale, via *webex (online)*, 10 de janeiro de 2017.

CMn-Br-4: Pesquisador/a ITV, Belém (Pará), 25 de janeiro 2016.

CMn-Br-5: Pesquisador/a ITV, Belém (Pará), 25 de janeiro 2016.

CMn-Br-6: Pesquisador/a ITV, Belém (Pará), 25 de janeiro 2016.

CMn-Ca-1: Funcionário/a da Vale, Sudbury (Ontario), 19 de junho de 2015.

CMn-Ca-2: Funcionário/a da Vale, Sudbury (Ontario), 19 de junho de 2015.

CMn-Ca-3: Funcionário/a da Vale, Sudbury (Ontario), 19 de junho de 2015.

CMn-Mo-1: Funcionário/a da Vale, Maputo (Maputo), 28 de junho de 2016.

CMn-Mo-2: Funcionário/a da Vale, Vila de Moatize (Tete), 8 de julho de 2016.

CMn-Mo-3: Funcionário/a da Vale, Cateme (Tete), 8 de julho de 2016.

CMn-Mo-4: Funcionário/a da Vale, Cateme (Tete), 8 de julho de 2016.

Governo (Gov)

Gov-Br-1: Servidor/a Público da FUNAI, Marabá (Pará), 13 de janeiro de 2016.

Gov-Br-2: Servidor/a Público da FUNAI, Marabá (Pará), 22 de janeiro de 2016.

Gov-Br-3: Servidor/a Público da FUNAI, Marabá (Pará), 22 de janeiro de 2016.

Gov-Br-4: Servidor/a Público do ICMBio, Parauapebas (Pará), 15 de janeiro de 2016.

Gov-Br-5: Servidor/a Público do ICMBio, Parauapebas (Pará), 15 de janeiro de 2016.

Gov-Br-6: Procurador/a do MPF, Marabá (Pará), 12 de janeiro de 2016.

Gov-Mo-1: Membro do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Maputo (Maputo), 18 de junho de 2016.

Gov-Mo-2: Membro do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Tete (Tete), 4 de julho de 2016.

Consultoria (Consult)

Consult-Ca-1: Consultor/a da *Simpact Group*, via *skype*, 28 de maio de 2015.

Consult-Mo-1: Consultor/a da Impacto, Maputo (Maputo), 14 de julho de 2016.

Consult-Mo-2: Consultor/a da Diagonal Transformação de Territórios, Maputo (Maputo), 14 de julho de 2016.